

A Religião nos Limites da Simples Razão

Estudo Introdutório¹

(Originalmente publicado em Kant, Immanuel. *Religião nos Limites da Simples Razão*. Traduzido por Bruno Cunha. Petrópolis, Vozes, 2024. pp. 9-41[extrato])

[9]

Informações sobre a tradução de *A Religião nos Limites da Simples Razão*²

[12]

O contexto de publicação de *A religião nos Limites da Simples Razão*: Kant contra a censura

Em 1792, quando um ainda jovem e desconhecido Fichte, publicou anonimamente³ com a ajuda de Kant seu *Ensaio de uma Crítica a toda Revelação*, alguns dos leitores imediatamente supuseram que se tratava da esperada obra sobre a religião de Kant. A confusão se consolidou ainda mais devido a uma resenha publicada no periódico de Jena, *Allgemeine Literatur Zeitung*, para o qual Kant teve prontamente de redigir uma carta com o propósito de desfazer o mal-entendido, creditando a Fichte a autoria do livro. Nesse contexto, era natural que os leitores esperassem de Kant, enquanto reconhecido expoente do iluminismo alemão, sobretudo após a publicação das três *Críticas*, um tratado sobre a religião, visto que o tema, tão importante para as instâncias esclarecidas, apenas fora exposto abstratamente, associado aos tópicos da metafísica e da moralidade, em suas obras anteriores. Desde a publicação da *Crítica da Razão Pura* em 1781 foi apontado como [13] uma necessidade do sistema da razão pura acrescentar àquelas perguntas essencialmente críticas, a saber, “o que posso conhecer?” e “o que devo fazer?”, a pergunta fundamental da religião, “o que me é permitido esperar?”. E se é verdade que esta questão já estava colocada e de algum modo respondida na década das *Críticas*, ainda lhe faltava um tratamento específico junto ao fenômeno religioso propriamente dito. Desde o momento da repercussão equivocada do escrito de Fichte, no entanto, a espera não foi longa e muito menos vã. Em 1793, Kant

1 Por Bruno Cunha, professor da Universidade Federal de São João del Rei, Departamento de Filosofia e Métodos (DFIME) e Programa de Pós Graduação em Filosofia da Universidade Federal de São João del Rei (PPGFIL). Contato: brunocunha@ufsj.edu.br.

2

3 A publicação anônima de tópicos sobre a religião fazia sentido à luz dos acontecimentos reacionários da Prússia de Frederico Guilherme II. Não é de se admirar a confusão dos leitores e resenhistas de Kant. Eles já esperavam um escrito sobre a religião. Então não seria surpresa que este escrito aparecesse anonimamente. Além disso, o ensaio de Fichte, publicado sem identificação e sem o prefácio, e composto segundo os princípios da filosofia transcendental, facilmente poderia ser confundido com um escrito de Kant.

publicou em Königsberg a *Religião nos Limites da Simples Razão*, livro amplamente considerado, ao lado do *Tratado Político Teológico* de Espinosa e dos *Diálogos sobre a Religião Natural* de Hume, uma das principais referências sobre a filosofia da religião – senão a principal - no contexto do pensamento moderno.

Os leitores confundidos com a publicação anônima e ansiosos pelo escrito sobre a religião de Kant não estavam errados sobre a intenção de Kant de publicar sobre o tema logo depois da conclusão da empreitada *Crítica*, embora a intenção original do autor não fosse propriamente a de publicar um livro, mas a de apresentar sua perspectiva sobre a religião em quatro artigos que seriam publicados gradativamente. Estas quatro peças já estavam compostas na ocasião em que Kant escreveu para o editor do periódico *Berlinische Monatsschrift*, Johann Erich Biester em 1792⁴, enviando em anexo a primeira peça intitulada “Sobre o mal radical na natureza humana”. Como era comum no contexto da Prússia de Frederico Guilherme II, as publicações precisavam ser previamente avaliadas por um censor. O ensaio de Kant foi submetido ao censor filosófico Gottlieb Friedrich Hilmmer, de Berlim, que decidiu autorizar a sua publicação no volume de abril⁵ do periódico, alegando com certo desdém ter constatado, depois de “uma leitura cuidadosa”, que , assim como os demais escritos de Kant, “apenas os eruditos de capacidade de investigação e distinção” o leriam, mas não “ os leitores em geral”⁶. [14] No entanto, a segunda peça, intitulada “Da luta entre o princípio bom e mau pelo domínio do ser humano”, submetida posteriormente, não teve a mesma sorte. Ao submeter a peça à censura de Berlim⁷, Kant foi informado por Biester em junho de 1792, que seu manuscrito fora rejeitado⁸. Inicialmente submetido ao censor de filosofia Hilmmer, o manuscrito foi repassado ao censor de teologia Johann Timotheus Hermes, que decidiu proibir a publicação do ensaio por considerar seu conteúdo impróprio enquanto pertencente à área da teologia bíblica⁹. O editor do *Berlinische Monatsschrift*,

4 Esta carta foi perdida. Mas existe a carta de resposta a ela. Carta de Biester a Kant de 6 de março de 1793.

5 O artigo foi publicado praticamente ao mesmo tempo do livro anônimo de Fichte.

6 Como nos informa uma carta de março de 1792 (AA 11:329).

7 Tecnicamente, Kant não precisava submeter seu artigo à censura de Berlim, uma vez que o periódico *Berlinische Monatsschrift* já tinha se transferido para fora da Prússia, para Jena. Kant, contudo, não queria parecer “como se quisesse seguir um caminho literário secreto e apenas quisesse expressar opiniões por assim dizer ousadas, desviando-se propositalmente da censura estrita berlinense” (Kant apud Borowski, 1804, p.231) Ver também AA 6:498.

8 Na carta de 18 de junho de 1792, Biester informa Kant: “Nunca pude compreender porque você, querido amigo, absolutamente insistiu com a censura local. Mas obedeci ao seu pedido e enviei o manuscrito para o Sr. Himmler. Ele me respondeu para minha grande surpresa que visto que o manuscrito interfere na teologia bíblica, ele o leu, em conformidade com sua instrução, junto com seu colega Sr Hermes, e visto que este recusou seu *imprimatur*, ele o seguiu” (AA 11:343).

9 Lemos na própria explicação de Kant em sua carta para Stäudlin: “ a segunda peça não teve tanta sorte, uma vez que o Sr Hilmmer achou que ela parecia intervir na teologia bíblica (por algum motivo desconhecido ele

Biester, tentou apelar, primeiro escrevendo para Hermes e ,depois, solicitando uma audiência com o próprio gabinete do Rei¹⁰. Sem o sucesso das apelações, mas sem querer ao mesmo tempo renunciar ao seu direito de publicação, Kant precisou buscar uma nova alternativa. Primeiramente, Kant solicitou a Biester a devolução de seu manuscrito¹¹. Pela impossibilidade [15] de publicá-lo no formato de um artigo¹², a alternativa era juntá-lo às outras três peças a fim de lançá-lo como um livro acadêmico, visto que este tipo de publicação gozava do privilégio de poder ser avaliado no âmbito interno das universidades. Para tanto, o primeiro passo era saber se o livro deveria ser avaliado pela faculdade de filosofia ou pela faculdade de teologia, considerando o fato de a censura ter suscitado antes a dúvida sobre a natureza de seu conteúdo, quando Hilmmer transferiu para Hermes a avaliação da segunda peça com base na justificativa de ela ser de competência de um teólogo. A primeira atitude de Kant foi, naturalmente, a de submeter o livro à faculdade de teologia¹³. Kant cogitou submetê-lo em um primeiro momento às faculdades de Göttingen e Halle, mas acabou decidindo-se pela faculdade de teologia de Königsberg¹⁴, de onde recebeu o parecer de que, por se tratar de uma obra de conteúdo filosófico, ela deveria ser submetida à área competente, à faculdade de filosofia. Com o caminho desobstruído não apenas burocraticamente, mas também diante de sua própria consciência, Kant enviou o livro para o corpo científico da Universidade de Jena, cuja localização estava fora da jurisdição da censura prussiana. É compreensível a decisão de Kant de enviar o texto a outra universidade, pois enviá-lo a Königsberg, além de colocá-lo em um provável problema com a censura, seria como se fosse uma autoavaliação¹⁵, uma vez que o reitor da universidade, Christian Jacob Kraus, tinha sido um aluno seu e era naquele tempo um colega e amigo. Não são claras as razões de tê-lo enviado especificamente a Jena¹⁶, embora possa-se pressupor ao menos o motivo de não tê-lo submetido à universidade de

achou que a primeira peça não o fez) e achou boa ideia conferir sobre isso com o censor bíblico, o conselheiro consistorial superior Hermes, que então de modo natural (quando um mero clérigo recusou qualquer poder?) o tomou como pertencente a sua jurisdição e se recusou a aprová-lo” (AA 11:430)

10 Biester perguntou a Hermes se a rejeição do manuscrito baseava-se em algum conteúdo específico do ensaio ou era devido a alguma parte da regulação de censura que lhes era desconhecida. Em resposta, Hermes se limitou a afirmar que “ o édito real foi seu guia nesse caso” e que “não podia explicar mais” . Carta de Biester a Kant de 18 de junho de 1792 (AA 11:343).

11 Carta de 30 de julho de 1792 a Biester: “Caro amigo, seus esforços para que meu último artigo fosse aceito na *Berlinische Monatschrift* provavelmente impediram que ele fosse me enviado de volta quando o solicitei. Agora reitero esse pedido, porque pretendo fazer outro uso dele [...]” (AA 11:349).

12 Como salienta Giovanni (1996, p.45), tentar publicá-lo fora do âmbito da jurisdição da censura de Berlim poderia levar os censores a acusarem Kant de conduta desonesta.

13 Lemos na carta de Kant a Stäudlin de 4 de maio de 1793: “Agora para cumprir toda justiça, eu apresentei este escrito à faculdade teológica para seu julgamento sobre se eles reivindicam o livro como interferindo na teologia bíblica ou se, ao contrário, sua censura pertence à faculdade filosófica” (AA 11:430)

14 Como relata Borowski, 1804, p.104.

15 Segundo Giovanni (p.45, 1996).

Halle: afinal seu reitor [16] era um declarado adversário, Johann August Eberhard¹⁷. Tomada a acertada decisão de submetê-lo ao corpo científico de Jena, o manuscrito foi aprovado pelo reitor, J. C Hennings, que lhe concedeu o *Imprimatur* e, então, o texto foi impresso em Jena e publicado pelo livreiro Nicolovius em Königsberg na primavera de 1793, depois de percorrer um longo caminho desde sua pretensão inicial.

Para uma melhor compreensão da epopeia envolvendo a publicação do *Escrito da Religião* é preciso retornar, no entanto, ao contexto da década de 1780 e, especificamente, à sucessão do trono da Prússia em 1786. Durante grande parte da vida de Kant, de 1740 a 1786, a Prússia foi governada por Frederico II, também conhecido como Frederico, o Grande, quem Kant clamou ser, em seu famoso texto sobre o esclarecimento de 1784, a personificação do iluminismo alemão (AA 8:40)¹⁸. Além de filósofo, o Rei também se mostrava comprometido com os ideais políticos da *Aufklärung* e recebeu, por isso, até mesmo a epíteto de o “déspota esclarecido”¹⁹. Dessa forma, não é de se surpreender que o reino de Frederico II tenha se tornado terreno fértil para a disseminação das mais diversas posições filosóficas e teológicas, permitindo o aparecimento e o desenvolvimento de perspectivas teológicas heterodoxas, como as de Hermann Samuel Reimarus e Karl Friedrich Bahrdt (AA 6:81n), e da erudição crítica escriturária de autores [17] como Johann David Michaelis (AA 6:13; 110) e Johann August Ernesti. Com a morte de Frederico II em 1786 e a ascensão do sobrinho do Rei ao trono, Frederico Guilherme II, a situação política da Prússia sofreu grandes mudanças, mudanças que Kant já parecia preconizar em seu apelo²⁰ ao final de seu ensaio sobre a orientação do

16 Giovanni (p. 45 n, 1996) sugere que a escolha poderia se justificar por razões comerciais, uma vez que o livro foi imprimido em Jena. No entanto, poderia ser também, ao contrário, que ele foi imprimido em Jena justamente porque foi aprovado lá.

17 Eberhard foi editor dos periódicos *Philosophisches Magazin* (1788–1792) e *Philosophisches Archiv* (1792–1795) e publicou alguns artigos atacando a *Crítica da Razão Pura*. Kant respondeu Eberhard em um ensaio de 1790 intitulado *Sobre a descoberta segundo a qual toda nova crítica da razão pura tem sido feita dispensável por uma crítica mais antiga* (AA, 8: 185)

18 Eis as palavras de Kant ao fim do opúsculo “Respondendo à pergunta: o que é esclarecimento: “Assim considerada, esta época é a época do Iluminismo, ou o século de Frederico. Um príncipe que não acha indigno de si dizer que tem por dever nada prescrever aos homens em matéria de religião, mas deixar-lhes aí a plena liberdade, que, por conseguinte, recusa o arrogante nome de tolerância, é efectivamente esclarecido e merece ser encomiado pelo mundo grato e pela posteridade como aquele que, pela primeira vez, libertou o gênero humano da menoridade, pelo menos por parte do governo, e concedeu a cada qual a liberdade de se servir da própria razão em tudo o que é assunto da consciência” (AA 8:40).

19 Kant defende a posição política de Frederico nestes termos em algumas ocasiões, como em *À Paz Perpétua*: “Um Estado também já pode *governar-se* de maneira republicana, mesmo que ainda possua um *poder soberano* despótico” (AA 8:372). Ver também *O Conflito das Faculdades* (AA 7:91).

20 Ao fim do Ensaio “O que significa orientar-se no pensamento”, depois de discutir a questão da liberdade de pensamento, Kant exorta: “Amigos do gênero humano e do que para ele é mais sagrado! Aceitai o que, após um exame cuidadoso e honesto, vos parecer mais digno de fé quer sejam factos, quer princípios de razão; somente não impugneis à razão o que dela faz o supremo bem na terra, isto é, o privilégio de ser a derradeira pedra-de-toque da verdade” (AA 8:146). Tradução de Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 2018.

pensamento de 1786 (AA 8:146-147). Na medida em que estas mudanças pouco a pouco se instauravam, elas colocavam em risco a liberdade de pensamento que tinha firmado suas raízes no solo outrora fértil de uma Prússia esclarecida. De índole diferente de seu antecessor, Frederico Guilherme II estava envolvido, desde antes de sua ascensão, com sociedades secretas, tais como a *Maçonaria* e a *Ordem dos Rosacruz* (e com suas práticas místicas), e professava uma vigorosa fé ortodoxa, influenciado por oficiais e clérigos prussianos que, não satisfeitos com a política esclarecida de Frederico II e receosos das tendências revolucionárias suscitadas por ela, desejavam iniciar na Prússia uma cruzada reacionária e antiesclarecimento.

A mudança mais significativa, que afetaria diretamente o *status* dos pensadores livres do Esclarecimento, foi a nomeação de Johann Christoph Wöllner em julho de 1788 como ministro da justiça e do Estado e chefe do departamento de assuntos espirituais no lugar de Karl Abraham von Zedlitz, o barão esclarecido para quem Kant dedicou a *Crítica da Razão Pura*. Descrito por Frederico, o Grande, como um “pároco enganador e intriguista”²¹, uma das primeiras ações de Wöllner no governo foi, ainda em julho de 1788, a promulgação de um édito de religião que regulava a conduta de clérigos e professores. Embora o Édito pregasse a “tolerância” religiosa na condição de que os súditos guardassem suas convicções religiosas para si mesmos, evitando influenciar a fé dos outros, e cumprissem seus deveres como bons cidadãos, [18] ele atacava diretamente o *Esclarecimento*, o descrevendo como “abuso” e suporte para posições “falaciosas” que corrompiam o respeito para com a Bíblia enquanto palavra revelada de Deus. Quase que imediatamente, ao Édito de religião se acrescentaram um Édito de censura, promulgado em dezembro de 1788, e outro Édito de novembro de 1790. O último propunha a formação de uma “Comissão de Fé” para avaliar o nível de “adesão à crença” de todos os candidatos de teologia e de cargos eclesiais. Além do grau de conhecimento da doutrina cristã, os candidatos também deveriam ser avaliados, sob juramento, segundo sua “profissão de fé”. Kant viu essa exigência “ortodoxa” como uma afronta à consciência moral e uma fonte genuína para a disseminação da mentira e da hipocrisia²². Sua reação a isso é clara em sua abordagem constante do tema da “sinceridade”, que aparece tanto em seu ensaio de 1791, *Sobre o Fracasso de Todas as Tentativas Filosóficas*

21 O Rei descreve Wöllner nestes termos ao negar sua solicitação a um título de nobreza, do qual Wöllner precisava para gozar dos bens da esposa nobre. O título lhe é concedido em 1786 logo depois da morte de Frederico II e da ascensão do novo Rei. .

22 Como Kant observa em *O Conflito das Faculdades*, esse tipo de avaliação, que “se fundamenta em uma *Schema Examinationis* [...] afungentou, em bandos, dos cargos eclesiásticos os candidatos conscienciosos da Teologia, levando a uma superpopulação da Faculdade de Direito” (AA 7:10). Tradução de André Perez e Luiz Gonzaga Nascimento. Petrópolis: Vozes, 2021.

na Teodiceia, quanto em *A Religião nos Limites da Simples Razão de Razão* e em *O Conflito das Faculdades*. No entanto, de magnitude maior são os problemas relacionados ao Édito de censura, que impôs, mesmo alegando a moderação da liberdade de “escritores imprudentes” em defesa da “ampliação das ciências”, a censura a todos os livros e periódicos publicados em Berlim que tivessem como assunto a moral e a religião. É verdade, no entanto, que, desde de 1749, já existia um Édito real incumbido de instituir o controle das publicações através de uma comissão de censura que se situava em Berlim. Mas esta comissão não atuava de maneira rigorosa. O édito existia na verdade muito mais como uma precaução para uma possível ameaça aos assuntos do Estado. Não é de se surpreender então que ele não fosse de fato nenhum obstáculo para a liberdade de pensamento. A comissão deixava espaço, por exemplo, para que os livros desenvolvidos e impressos no âmbito das universidades, com raras exceções, fossem avaliados internamente pelas faculdades. Se também é verdade o fato de que o Édito de Wöllner não se distinguiu muito do anterior em relação à “letra”, não era esse o caso no que diz respeito ao “espírito”. O novo Édito [19] não aumentava de maneira considerável o poder do Rei²³ e, na verdade, nem mesmo retirava das universidades a incumbência de avaliar sua própria produção, mas abria por outro lado espaço para a implementação da nova política. Em um primeiro momento, no entanto, a implementação das medidas ortodoxas do ministério de Wöllner encontrou resistência no próprio *Consistório Superior* de Berlim, dentro do qual haviam conselheiros contrários à cruzada obscurantista do novo governo²⁴. Mas era questão de tempo até que o poder desse conselho fosse enfraquecido. Diante da relutância da *Comissão de Berlim*, criou-se em 1791 a *Comissão Imediata de Investigação*, que deveria responder diretamente ao Rei no que diz respeito aos assuntos relacionados à censura. Como principais conselheiros foram nomeados figuras conservadoras ligadas ao Rei, como o professor ginásial, Gottlob Friedrich Hilmmer, o teólogo e pastor pietista que seria responsável pela área da teologia, Johann Timotheus Hermes e o também teólogo e pastor Theodor Carl George Woltersdorff, justamente os atores responsáveis pelo início dos problemas de Kant com a censura.

O rescrito real de proibição: as consequências da publicação da *Religião*

23 Dilthey, p. 287 apud Giovanni, 1996, p.42.

24 Muitos destes conselheiros eram membros esclarecidos da hierarquia da igreja que haviam sido nomeados ainda no ministério do Barão von Zedlitz.

Nesse contexto, era de se esperar que cedo ou tarde acontecesse o embate de Kant com os censores. Em uma carta de junho de 1791, Kant já havia sido avisado pelo tutor real e ex-aluno, Johann Gottfried Kiesewetter, de um boato que circulava na corte, que o conselheiro da *Comissão Imediata*, T.C.G. Woltersdorf, havia influenciado o rei a tomar a decisão de proibi-lo de escrever: “Me disseram aqui por alto (o assunto é certamente apenas invenção e só pode ser invenção) que o novo Conselheiro Consistorial Superior, Woltersdorf, conseguiu convencer o Rei de proibi-lo de continuar escrevendo e eu mesmo fui questionado na corte sobre esta história” (AA 11:265). Pouco depois, em uma carta para Fichte de fevereiro de 1792, Kant já se mostra bastante consciente das dificuldades de publicar sobre assuntos de religião naquele [20] momento. No início desta carta, ao responder um pedido de ajuda de Fichte para remediar o indeferimento de seu *Ensaio de Crítica a toda Revelação*, Kant mostra não saber como lidar com o problema da censura: “você pede uma instrução minha sobre se pode ser encontrado uma solução para que o seu tratado, que fora rejeitado pela censura estrita atual, não seja completamente posto de lado. Eu respondo: não!” (AA 11:321). Poucas semanas depois, em uma carta para Christian G. Selle, Kant admite que a nova censura pode representar de fato uma ameaça ao seu novo projeto (o projeto da religião): “[...] recentemente inaugurou-se uma nova ordem de coisas que poderia frustrar completamente e em absoluto este projeto; refiro-me à limitação da liberdade de pensar em voz alta sobre coisas que apenas indiretamente poderiam ter relação com a teologia” (AA 11: 327). No entanto, a despeito dos fatos e convicto de estar agindo de “maneira conscienciosa e em conformidade a lei” (AA 11:500), Kant recusou-se em um primeiro momento a acreditar em uma implementação abrangente dessa censura²⁵. Sem estar disposto a ceder à restrição da liberdade de pensamento, Kant buscou uma rota alternativa para a publicação da *Religião nos Limites da Simples Razão* em 1793, o que foi claramente um tapa de luvas no rosto de Wöllner e de seu ministério. Além disso, no mesmo ano de publicação da *Religião*, Kant ainda teceu críticas a política do governo em seu ensaio sobre *Teoria e Prática*, ao reivindicar não apenas a “liberdade de consciência religiosa”, mas afirmando ainda a “liberdade de escrever” como “o único paládio dos direitos do povo” (AA 8:304) Em uma crítica que se dirige nas entrelinhas à figura do Rei, mas que certamente se estende a todo seu ministério, Kant observa que, ao lado da “obediência ao mecanismo da constituição política”, deve haver ao mesmo tempo “um espírito de liberdade”, pois “obediência sem o espírito de liberdade é a

25 Ver por exemplo o tom cético de Kant quanto a censura na carta a de la Garde de 30 de março de 1792 (AA 11:330).

causa que induz a todas as *societates secretas*”. (AA 8:305). Era questão de tempo até que o mecanismo repressivo tomasse medidas mais duras contra o filósofo, o que de algum modo ele próprio já antecipa em uma carta a Biester de 18 de maio de 1794 anexa ao seu opúsculo *O Fim de Todas as Coisas*: “Apresso-me, estimado amigo, [21] a enviar-lhe o prometido tratado antes que chegue ao fim a minha e a sua atividade de escritor [...] Agradeço a vocês a mensagem transmitida e, convicto de proceder sempre de maneira conscienciosa e em conformidade a lei, aguardo com expectativa o fim destes estranhos acontecimentos” (AA 11: 500-501). A tolerância do governo chega finalmente ao limite depois da publicação do mencionado ensaio sobre o fim de todas as coisas²⁶, que continua a tecer críticas à autoridade, exaltando a importância do “modo de pensar liberal” e do “amor” em detrimento de qualquer tipo de “coerção religiosa”: “O sentimento de liberdade na escolha dos fins últimos é aquilo que torna para eles a legislação digna de amor. Se o cristianismo chegasse a tal extremo que deixasse de ser digno de amor [...], o modo de pensar entre os seres humanos deveria ser a repulsa e a insubordinação contra ele” (AA 8:337).

Neste ponto, ultrajado com a conduta de Kant, Wöllner intercedeu ao Rei para a emissão de um documento oficial que pusesse um fim a sua intransigência, o qual chegou a Kant na forma de uma carta real assinada por Wöllner em 1º de outubro de 1794²⁷. Neste rescrito, o Rei acusa Kant de, já há algum tempo, estar fazendo uso da própria filosofia “para desfigurar e degradar muitas das mais importantes e fundamentais doutrinas das Escrituras Sagradas e da Cristandade”, citando como exemplo “notadamente” a “Religião nos Limites da Simples Razão”, bem como “outros trabalhos menores” (AA 7:6). O Rei admite ter concedido tolerância e seu voto de confiança ao filósofo com a esperança da adequação de sua conduta: “Nós nos enganamos em esperar que fôsseis melhor; que vós mesmo devêsseis ter percebido como agistes irresponsavelmente contra vosso dever”. No entanto, sem a esperada mudança de comportamento, ele exige agora, em tom [22] de ameaça, “sua responsabilização conscienciosa” e adverte “ para que vós eviteis nosso supremo desfavor” que “vós , futuramente, não sejais culpado por tais coisas” com pena de, ao contrário, “esperar infalíveis consequências desagradáveis” (AA 7:6). A resposta de Kant aparece imediatamente em uma

26 Arnoldt supôs que os escritos menores (sobretudo o ensaio *O Fim de Todas as Coisas*) desencadearam o rescrito real, uma vez que o documento não apareceu como uma reação imediata à *Religião nos Limites da Simples Razão*, mas só foi emitido depois da publicação da segunda edição em 1794. No entanto, como argumenta Fromm baseado em registros oficiais, a condenação de Kant já estava sendo preparada a algum tempo e só foi atrasada devido a circunstâncias externas (GIOVANNI, 1996, p.47-48 n).

27 A carta do rei, assim como sua réplica, foi publicada na íntegra por Kant depois da morte do Rei no prefácio de seu ensaio de 1798, *O Conflito das Faculdades*. Esta correspondência também está disponível no volume 11 da *Akademie Ausgabe* (AA 11:525-526; 527-530).

carta de 12 de outubro, na qual a primeira atitude é a de esclarecer a acusação segundo a qual a sua filosofia desfigura e degrada as sagradas escrituras e contraria o seu dever de súdito como “professor da juventude”. Kant argumenta que, em seus cursos universitários, todo teor de seus ensinamentos sempre foram puramente filosóficos, como comprova o seu uso em sala de aula dos manuais de Baumgarten, e nunca extrapolaram o seu próprio domínio ousando incursões na área da teologia bíblica. Ao mesmo tempo, enquanto “professor do povo”, Kant afirma que no seu Escrito sobre a *Religião*, “livro incompreensível e hermético para o povo”, o que se visou não foi causar “dano a religião pública do país”, mas apenas fomentar o debate acadêmico, que, enquanto baseado na livre atividade e no intercâmbio das faculdades, é em última instância de suma importância para a própria instituição da religião pública. Kant justifica-se perante a acusação de depreciar a cristandade, argumentando que seu *Escrito da Religião* trata apenas com “a religião natural”; e se ele menciona algumas passagens da Bíblia não o faz com o objetivo de “introduzir algo bíblico na filosofia ou de extrair algo de filosófico da Bíblia”, mas apenas para confirmar no texto histórico a concordância das proposições racionais nele defendidas. Ao estabelecer a moral racional como a essência da religião, não se trata, como Kant observa, de considerar a revelação em si mesma como supérflua, mas apenas de exaltar a origem primeira da qual brotam os requisitos da “universalidade, unidade e necessidade” (AA 7:8) que são fundamentais a uma doutrina da fé. Com suas histórias e alegorias, a revelação preenche a lacuna teórica da fé racional pura, contribuindo dessa forma para suprir uma necessidade da razão. Mas a prova manifesta de que a doutrina filosófica da religião não promove qualquer degradação da Cristandade – cita Kant - se encontra no fato da Bíblia ser exaltada, no transcorrer de todo o livro, “como a melhor orientação possível para a instrução religiosa pública” (AA 7:9), uma vez que ela é explicitamente reconhecida como a manifestação histórica mais perfeita da fé racional pura.

[23] Depois de se justificar, a segunda atitude de Kant na carta é naturalmente aquela que se espera de um humilde servo do Estado: obediência e resignação. Diante das acusações, Kant cede à solicitação real, prometendo, enquanto “súdito mais *fiel* de vossa *Honrada Majestade Real*”, abster-se “totalmente de todas as exposições públicas sobre religião, tanto a natural quanto a revelada, seja nas preleções ou nos escritos” (AA 7:10), uma promessa que seria categoricamente cumprida até a morte de Frederico Guilherme II em 1797. Tem se falado com reprovação da atitude de Kant de ceder à repressão, uma vez que supostamente, devido ao status que gozava, poderia ser que ele se mantivesse impune ainda que incorrendo

em um ato de desobediência civil²⁸. No entanto, talvez fosse muito esperar essa atitude de um reformista como Kant, que tem defendido em sua filosofia política a reforma institucional gradativa em detrimento da revolução. Como se sabe, esta posição já estava estabelecida publicamente nessa época, como vemos em seu ensaio sobre *Teoria e Prática* de 1793, no qual Kant defende, segundo essa perspectiva, o dever do súdito de obedecer mesmo a uma ordem injusta da autoridade (AA 8:297-306)²⁹. Além disso, do ponto de vista pessoal, Kant receia justificadamente quão fatigante e infrutífera poderia ser, neste momento da vida, uma disputa com o governo e uma tentativa de influenciar a opinião pública³⁰: “Entro daqui a cerca de quatro semanas contando de hoje em meu septuagésimo ano de vida. Nesta idade, sobre que coisas particulares se pode esperar querer influenciar homens de espírito? E sobre o vulgo? Seria um trabalho perdido e, por certo, até mesmo bastante prejudicial para quem o tentasse” [24] (AA 11:417)³¹. Depois de se decidir pela resignação e se manter alguns anos em silêncio sobre a questão, Kant se vê liberado de sua promessa com a morte do Rei em 16 de novembro de 1797, como ele mesmo relata em *O Conflito das Faculdades*, onde esclarece que o cumprimento de sua promessa estava condicionado apenas à sua posição de “súdito” de “vossa majestade”³². Dessa forma, nos anos que se seguem, enquanto sua carreira tardia como filósofo continua com a publicação de importantes tratados de filosofia política, como *A Paz perpétua* e a *Metafísica dos Costumes*, será apenas em 1798 que Kant se manifestará publicamente sobre toda a polêmica que o envolveu, em um escrito no qual apresentará sua perspectiva sobre o papel específico e institucional das faculdades. Em *O Conflito das Faculdades*, ele defende a independência da faculdade de filosofia diante da faculdade de teologia e da censura estatal e se vê novamente livre para reafirmar o princípio hermenêutico³³, amplamente defendido na *Religião*, que coloca a razão moral como autoridade absoluta de interpretação dos aspectos históricos e contingentes da religião.

28 Como afirma Wood (1996, p. XIX), “naquela época o renome de Kant era tal que ele poderia provavelmente ter desconsiderado tal ordem imprudente e não esclarecida com impunidade, como alguns de seus amigos insistiram que ele fizesse”. Devemos admitir, em contrapartida, que não se sabia qual seria a reação do governo. A pergunta é: quão produtor isto seria? Como Palmquist destaca, “o que mais ele [Kant] poderia fazer da prisão - onde ele teria terminado se tivesse desobedecido - que ele não fez de seu pódio profissional nos anos seguintes” (2009, p.xviii).

29 Ver também *Metafísica dos Costumes* (AA 6: 318-23).

30 Como argumenta Cassirer, “sobre o papel que é possível ao indivíduo desempenhar num Estado governado de modo absolutista, Kant tinha uma opinião bastante modesta” (2021, p.364)

31 Carta de 22 de março de 1793 para Karl Spender.

32 Lemos em um nota no Prefácio de *O Conflito das Faculdades*: “Também esta expressão escolhi com cuidado, de forma que eu não abdicasse da liberdade em meus juízos, neste processo religioso, *para sempre*, mas somente enquanto Sua Majestade vivesse” (AA 8:10 n).

33 Ver as quatro regras de interpretação da religião proposta em *O Conflito das Faculdades* (AA 7:38; 7:41-44).